

Acta da reunião da 6ª comissão com a AML/TML em 23 de Setembro de 2022

Estiveram presentes na reunião os seguinte deputados Municipais:

Luis Filipe Palma - José António Rocha - Ivan Costa Gonçalves - Pedro Dias Pereira. - António Pedro Maco - Paulo Filipe Viegas - António Francisco Salgueiro. - Margarida Ramires paulos - Maria Rita Magalhães.

de referir as faltas devidamente justificadas a deputada Sónia Pires da Silva, que não se fez substituir, e os deputados Bruno Ramos Dias e Paula Maria Galvão que se fizeram substituir pelos deputados Maria Rita Magalhães e António Francisco Salgueiro respectivamente

Em representação da AML/TML, estiveram presentes na reunião o secretário da AML, Carlos Humberto, Rui Lopo, administrador da TML e Sónia Alegre responsável pela área financeira.

iniciou a reunião o presidente da comissão, agradecendo a disponibilidade por parte das entidades para reunir com a comissão, passando de seguida a palavra ao administrador da TML, Rui lopo que iniciou a sua intervenção focando as dificuldades e a complexidade de todo este processo de implementação da rede de transportes da Carris Metropolitana. continuou informando que os TST (Transportes Sul do Tejo) dispunham de sessenta dias antes do início do contrato, para comunicar se tinham ou não condições para o arranque da nova rede de transportes público rodoviários, a empresa não se manifestou dentro deste prazo, dado que se o fizessem, implicaria serem sancionadas, alegando à posteriori, dificuldades originadas pelo prazo apertado para aquisição de viaturas, sem nunca mencionarem a falta de motoristas. É certo que os TST, manifestaram alguma preocupação sobre o quadro de trabalhadores, não contando a TML, com esta fragilidade na questão relacionada com os trabalhadores. expressou reconhecimento pela o esforço da Empresa para conseguir uma maior robustez para a operacionalização das novas redes, mas referindo que foram confrontados com um pedido de reunião por parte da empresa, a cerca de um mês para implementação da rede de transportes, onde foram informados que a empresa não dispunha do número suficiente de motoristas para dar início à operação, o que desde logo condicionaria a eficácia da operacionalização. Foi de facto um início conturbado, com muitas complicações, a TML alertou para as dificuldades para o cumprimento das necessidades e da logística exigida para o bom funcionamento das novas redes. Dentro deste quadro de dificuldade, os TST avançaram com propostas que, ainda que apresentando um aumento das ofertas, eram claramente insuficientes e longe do exigido. Ainda assim, foram os únicos que conseguiram implementar horários mais próximos do exigido, sendo que a complexidade em termos de informação, levou a que não fossem os adequados. As Juntas das freguesias alertaram a TML para as insuficiências nas carreiras, nos meios humanos e informáticos.

Ainda assim, comparativamente a outros concelhos, em Almada, segundo o administrador Rui Lopo, foi onde se sentiu menos pressão e a menor necessidade de motoristas.

mas a realidade é que as dificuldades foram surgindo, iniciaram-se os ajustes e correções durante os meses de Julho e Agosto, num total de duzentos e oitenta e oito ajustes e correções de horários e reposição de várias carreiras.

Costa de Caparica- Cacilhas e Costa-Monte de Caparica com cento e trinta frequências antes da implementação das novas redes, ficaram reduzidas a oitenta frequências, foram-se corrigindo gradualmente durante o mês de Agosto e no dia treze de Setembro foram implementados mais reajustes com o início do novo Ano lectivo.

Foram contudo reconhecidas por parte da TML as muitas lacunas existentes e que urge corrigir. Espera-se por parte dos TST, a correção dos problemas não esperados, que foram surgindo com a falta de motoristas, cumprimento de horários, supressão e alteração de carreiras. O material circulante no que respeita ao número, corresponde ao previsto, mas não são o adequado em termos de tipologia para o cumprimento do acordado no caderno de encargos. O Fornecedor dos Carros, como consequência do prazo reduzido, teve problemas na instalação da cablagem com influência negativa na operacionalidade das carreiras.

Usou de seguida a palavra o deputado António Pedro Maco , que iniciou a sua intervenção dizendo que tem sido um processo longo e largamente debatido, com grande desespero para os utentes dos transportes públicos rodoviários.

Citou declarações públicas do presidente da TML, Faustino Gomes, que afirmou que o arranque das novas redes não foi um falhanço, mas na opinião do CDS/PP, foi um autêntico desastre. Proseguiu dizendo que as novas redes não correspondem de todo às expectativas, questionando se houve excesso de confiança ou algum desleixo por parte dos responsáveis, salientou a enorme contestação manifestada publicamente pelos utentes em Assembleia Municipal, a informação prestada chegou tardiamente, é importante que se corrija todos os problemas existentes, para que fique salvaguardado o direito à mobilidade dos cidadãos.

Salientou também o incumprimento do contrato por parte dos TST, a população sente-o na pele, quais as sanções a serem aplicadas ? perante estas falhas, de que forma será esta empresa responsabilizada ? porque não se preparou convenientemente o início do Projecto ? o que falhou ? a TML ? a Câmara de Almada ? considera um absurdo que os TST tenham concorrido sem garantias de cumprimento. foi um erro a supressão das antigas carreiras, sem a garantia de alternativa fiável no início da nova rede, discorda com a afirmação de que não foi um início falhado. importa pois apurar quem foram os responsáveis por este fracasso, questiona ainda se se houve financiamento de fundos europeus para este projecto e qual o investimento feito.

interveio de seguida o deputado Pedro Dias Pereira dizendo que assistiu a várias reuniões sobre o tema, as falhas aconteceram como se não existisse planeamento, pois tudo começou a correr mal. o que precisamos é sejam encontradas soluções para corrigir os problemas existentes, mas não se vislumbra que tais soluções sejam encontradas, questiona se existem responsáveis por este fracasso e se vão ser ou não penalizados.

A deputada Maria Rita Magalhães inicia a sua intervenção salientando que este é um projecto que tem de ser salvaguardado e melhorado, de forma a dissuadir o uso do transporte individual, e reconhece algumas melhorias efectuadas desde o início da sua implementação.

O deputado António Francisco Salgueiro refere a importância do apuramento de responsabilidades, assim como a importância de coordenação que permita encontrar soluções para a resolução dos problemas existentes.

Faz de novo uso da palavra o administrador da TML Rui Lopo, para responder às várias questões colocadas pelos deputados municipais.

começa por revelar total disponibilidade para estas e outras questões que considerem colocar, e prossegue mencionando o facto de não ser fácil compatibilizar tudo o que é necessário para que sejam encontradas as soluções adequadas.

afirma que a TML tem como missão a implementação da Carris Metropolitana, com um caderno de encargos que não elaborou, com empresas que não conhece e que tem a responsabilidade de de implementar e gerir todos os aspectos inerentes a esta operacionalização, dizendo ainda que o lançamento de uma nova rede de transportes com esta dimensão, é desde logo uma tarefa muito complexa e que se reveste de enorme dificuldade.

A responsabilidade do número de motoristas necessários para a operacionalização é da empresa, a TML não tinha qualquer informação sobre os problemas da empresa que originaram estas falhas e que os erros na instalação da cablagem, impediram o bom funcionamento da informação electrónica.

sobre as sanções diz que é algo muito complexo e que são muitas as dificuldades de gestão também neste capítulo, que as notificações das sanções já foram enviadas à empresa (TST) mas também dá nota de que a referida empresa tem mostrado total disponibilidade para encontrar soluções.

diz que o contrato prevê que as alterações sejam feitas a cada mês. O investimento concedido para o projecto por fundos Europeus não existe.

A TML tem vários projectos, nomeadamente sistema de bilhética, candidatura a fundos Europeus, parte das despesas é suportada pelas autarquias, a rede foi desenhada com o municípios, com a AML, salientando que linha a linha, horário a horário foi minuciosamente verificado e que apenas foram encontrados cinco erros no meio de milhares. Continua dizendo que o regime jurídico de transportes, obriga todos os operadores a colocar toda a informação numa plataforma, o que não tem sido cumprido pela maior parte dos operadores, diz ainda que os TST têm potencial técnico mas falta claramente experiência para uma operação com esta envergadura, refere que os acertos de pormenor são da responsabilidade do operador para a melhoria dos serviços prestados.

intervém o secretário Carlos Humberto, dizendo que ninguém gosta de estar neste papel de serem confrontados por quem aqui se desloca para nos criticar. mas a verdade é que se essas críticas não existirem as correções e os ajustes não serão possíveis, as populações têm razão, os autarcas têm razão porque o projecto não corresponde às necessidades e foi para isso que foi concebido.

Continua a sua intervenção dizendo que o que não se pode fazer é transformar todo este processo numa ferramenta para o combate partidário.

prosegue com a informação de que existe um conjunto de projectos em desenvolvimento, a AML distribui seiscentos milhões anualmente para os vários tipos de transportes públicos. contam com três bolos de receita:

Bilhética, passes etc., sendo que uma parte é repartida com os operadores. Parque de financiamento pelo governo e autarquias que rondam um total de trinta e oito milhões e ainda uma outra parte com as emissões de cartões etc.

A dificuldade principal é a falta de recursos dos operadores, não tanto no presente mas sê-lo-ão seguramente no futuro.

É essencial que deixe de haver supressões, as alterações são feitas e a responsabilidade cabe às empresas. As penalizações são incomportáveis para as empresas e este é apenas mais um dos problemas estruturais do País, muitos concursos públicos nas diversas áreas ficam vazios, os baixos salários dos motoristas e dos trabalhadores em geral. e termina dizendo que nenhuma das empresas que ganharam estes concursos públicos têm condições para assumir um projecto com esta dimensão.

Pede a palavra o deputado José António Rocha referindo as palavras do secretário Carlos Humberto, que considera inevitável o esgrimir de ideias e a troca de argumentos entre as diversas forças políticas, mas com o objectivo ou pelo menos que tenha como principal objectivo encontrar as soluções que sirvam os interesses das populações. é evidente que tem que ser assacadas responsabilidades e de uma vez por todas acabar com este jogo de passa culpas entre a câmara e a TML, que não traz benefícios para ninguém.

refere que grande parte das questões pertinentes já foram colocadas nas anteriores intervenções, mas há algumas breves notas sobre o tema que gostaria de deixar nesta reunião, como por exemplo a eliminação abrupta de algumas das carreiras existentes antes do início da implementação das novas redes, que apesar da do péssimo serviço reconhecidamente prestado ao longo de anos pelos TST, ia permitindo que as pessoas se deslocassem para os respectivos destinos, ora este corte abrupto das carreiras e o início caótico desta nova rede de transportes não trouxe melhoria para os utentes. pelo contrário, criou grandes transtornos a uma boa parte da população Almadense.

Muitas queixas que nos chegam por parte dos utentes dos transportes públicos rodoviários, tem a ver com os abrigos, ou a falta deles nestes casos nas paragens dos autocarros, sabemos que a responsabilidade é da câmara, mas queremos que nos confirmem.

outro dos motivos para muitas queixas é sobre os painéis de dimensões reduzidas, onde vemos um emaranhado de números identificativos das carreiras, mas que ninguém consegue perceber lá muito bem quais os destinos pelas razões referidas, é portanto, quanto a nós uma das situações que tem que ser revista e corrigida, e já agora de quem é a responsabilidade da colocação destes painéis informativos.

A intervenção seguinte é da responsável pela área financeira da TML Sónia Alegre que começa por afirmar que a principal preocupação da Carris Metropolitana é servir as populações, não existem só críticas desfavoráveis, existe também o oposto. o foco neste momento é resolver emergências que vão surgindo e encontrar formas de resolver todos estes problemas que afetam as pessoas.

Queremos continuar a fazer parte da solução, mas não conseguimos resolver integralmente a solução para todos os problemas, menciona ainda a falta da conclusão da instalação de painéis electrónicos de informação que esperam resolver a curto prazo.

Rui Lopo intervém ainda para confirmar que os abrigos nas paragens são da responsabilidade das câmaras, que os painéis informativos são responsabilidade da TML e conclui dizendo que o navegante contribuiu para o aumento em 30 por cento da utilização dos transportes públicos.

Encerra a reunião o presidente da comissão Luis Palma, agradecendo em nome da comissão os esclarecimentos prestados reiterando a disponibilidade da 6ª comissão para os contributos que acharem necessários.